

(MAIS) UM LIVRO
SOBRE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA



1

-J.Varela Gomes-

Trata-se da obra de um jovem académico catalão -Josep Sanchez Cervelló - que permaneceu mais de um ano em Portugal com bolsa de estudo, para preparar a sua tese - "A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola; 1961/1976". Título este mantido pela Assirio & Alvim na recente edição de Abril 1993.

O livro agora publicado em português, constitui apenas -apesar das suas 430 páginas- uma síntese da enorme massa de material documental e testemunhal que o autor recolheu durante a sua estadia entre nós. Tenho razões para concordar com o prefaciador da obra -Hipólito de la Torre- ao considerar J.S.Cervelló como sendo, possivelmente, o investigador estrangeiro que reuniu maior quantidade de documentos e depoimentos relativos ao período revolucionário de 1974-76. Além disso, a inegável dedicação e a posição desapassionada que, em princípio, seria a de J.Cervelló, justificam a presente leitura crítica.

----- 0000 ----- 0000 -----

A obra de Sanchez Cervelló está dividida, basicamente, em três Partes:) a situação portuguesa no período anterior a 1974;) o 25 de Abril;) a sua influência em Espanha.

Comecemos por esta última; porque embora parecendo a de menor interesse para os leitores portugueses, constitui, na verdade, o objectivo orientador da investigação.

Desde logo, merecem relevo algumas afirmações (pág.351): "Em Espanha, a contra-revolução portuguesa organizou-se com o conhecimento, colaboração e apoio do governo"; "Actualmente está fora de dúvida o profundo compromisso do regime franquista com a contra-revolução portuguesa". Conclusões essas que permitem admitir, em sentido inverso, que se a contra-revolução em 1974-76 não tivesse beneficiado do apoio e de bases no estrangeiro (no caso, Espanha), ter-se-ia, porventura, manifestado com muito menor vigor; inclusivé, os "espontâneos" levantamentos populares no Norte e Centro do País, com os assaltos e incêndios das sedes dos partidos de esquerda, etc nem teriam, sequer, chegado a verificar-se.

Interessa também destacar o seguinte período (pág.330): "A seguir ao 25 Abril instalou-se em Madrid, Barbieri Cardoso, que tinha sido o número dois da PIDE....o qual fundou o Exército de Salvação Nacional (ELN), organizado em Espanha". Afirmação importante, pois estabelece que um dos principais motores da "genuína revolta popular contra os desmandos revolucionários" foi, muito simplesmente, uma organização montada e gerida pela ex-polícia política do derrubado regime fascista; cuja aliança e uteis serviços jamais foram repudiados pela "vanguarda moderada" da contra

-revolução (spínolistas, PS, etc).

Mas antes de dar por terminada esta rápida vista de olhos pela Parte V da obra de S.Cervelló, vamos demorar-nos um pouco analisando uma discutível -digamos mesmo, surpreendente- afirmação. Diz o autor (p,ag.355-6), embora considerando que "O assalto e incêndio da Embaixada de Espanha continuam a ser um dos episódios mais obscuros de todo o processo português", que "Na minha opinião foi uma tentativa de desestabilizar a Península Ibérica provocando em Portugal por um lado o descrédito do governo moderado de Pinheiro de Azevedo, e por outro um confronto com a Espanha, a única coisa susceptível de provocar a unidade nacional em torno do poder revolucionário num momento em que este estava em retrocesso".

Já todos ouvimos muitas interpretações deste episódio; mas esta, confesso é inédita! Inclusive ouviu-se Vasco Lourenço (insuspeito ideológico) declarar num programa televisivo (Novembro 1991), na cara de F.Carlucci (presente por satélite), que tudo indicava que a destruição da Embaixada de Espanha tinha sido obra da CIA. Na realidade, ninguém hoje-em-dia põe em dúvida a intervenção de agências estrangeiras no incremento da agitação social contra-revolucionária em Portugal, nos anos de 1974-76. (Como, aliás Cervelló justamente aponta em relação à cumplicidade das autoridades espanholas). A CIA -e outros serviços secretos, ou de capa profissional- não tiveram dificuldade em infiltrar-se nas múltiplas organizações, ditas revolucionárias, que proliferaram em Portugal, antes e após o 25 Abril. (Com efeito, duas delas -MRPP e AOC- funcionaram como autênticas delegações das centrais de desestabilização imperialista). Nas primeiras filas das manifestações de rua e, especialmente, nos grupos de acção violenta, estiveram sempre impetuosos turistas revolucionários de aspecto e fala estrangeirados, falsos refugiados políticos da América Latina, marginais nacionais recrutados à jorna no Cais Sodré, ou no Parque Mayer. Tudo gente que deu bem nas vistas durante o assalto e incêndio da Embaixada de Espanha. E, já agora, lembremos o grande agitador dessa jornada aos microfones da R.Renascença: Artur Albarran, então travestido de revolucionário, hoje próspero director de programas da RTP. (As facturas que têm vindo a ser pagas pela burguezia, constituem irrecusáveis provas das fidelidades ocultas, e não podem ser ignoradas a 20 anos de distância, num levantamento crítico dessa época).

Refere ainda S.Cervelló que uma hipotética invasão espanhola (em retaliação do assalto à embaixada), "reforçaria a esquerda militar"! Ora em 27 Setembro 1975 os militares de esquerda que ainda dispunham de algum poder pertenciam ao Copcon. Pode alguém imaginar que Otelo, ou o seu estado-maior, tivessem gasto um minuto que fosse a congeminar semelhante estratégia suicida para provocar o apoio nacional? Aliás resultou que o ónus

do descrédito não atingiu o governo moderado de Pinheiro de Azevedo de hegemonia socialista, "firmemente apoiado por todos os países da Europa ocidental" (lê-se a pág.357), mas sim, exactamente, recaiu sobre o Copcon. Resultado lógico, logicamente pretendido, dentro da lógica da agitação e contra-revolucionária em que a direita reaccionária, o PS, e a embaixada americana estavam empenhados.

Mas falta admitir a possibilidade de que quando S.Cervelló fala de "esquer militar" queira significar -como se tornou usual- os militares, ditos "gonçalvistas"; marginalizados, de facto, desde as Assembleias de Tancos. Então o espectro do PCP ficará sugerido como origem de todo o maquiavélico plano da invasão espanhola. Não posso crer que semelhante (velada) interpretação do episódio do incêndio da Embaixada de Espanha seja fruto exclusivo do raciocínio de S.Cervelló; mais parece produto da mente pusilânime de um qualquer militante do PS, que ainda hoje se borra de medo perante os fantasmas da 5ª Divisão e do perigo comunista.

----- 0000000 -----

Vejamos agora a parte que mais pode interessar os leitores portugueses; isto é, a maneira como o autor abordou o desenrolar do processo do 25 Abril seus antecedentes próximos e remotos.

Como de início foi salientado, S.Cervelló reuniu um abundantíssima acervo documental e testemunhal. Surgem revelações novas: Alpoim Calvão, por exemplo, confessa ao autor em entrevista, que Spínola lhe encomendou o assassinato de Vasco Gonçalves e de Melo Antunes, e depois o de Costa Gomes (pág.205). Mas também surgem interpretações tão surpreendentes como as elaboradas em relação ao assalto à embaixada. Teremos, neste capítulo, que nos demorar um pouco sobre a visão que S.Cervelló transmite sobre o 11 Março.

Escreve ele, em geito de conclusão (pág.226-7): "O 11 Março foi o resultado de uma dupla vontade: a do PCP de libertar-se de um sector politico-militar que o impedia de prosseguir a revolução; e por outro lado a extrema-esquerda impaciente por actuar e recuperar o protagonismo que tinha perdido desde a queda da ditadura". Esfregamos os olhos, incrédulos, à procura da "vontade" dos autores materiais do golpe. Porém, S.Cervelló avança com uma explicação, "que me contou o dirigente do PRB/BR, Carlos Antunes" (pág.225): "No dia 9 de Março, na sede da Comissão de Extinção da PIDE, vários oficiais ligados ao RALIS, à 5ª Divisão e à Armada ajustaram os bormenores para desencadear a acção...". Não dá para acreditar! Mas há mais. Continua o inefável C.Antunes: "Quando soube que estavam a bombardear o RALIS fui lá para dizer a Diniz d'Almeida que era uma vergonha, porque o tinham feito eles". É o delírio! No 11 Março o RALIS ter-se-ia auto-atacado e Spínola e os conspiradores teriam sido vítimas ingénuas da intoxicação comunista

comunista.

É lastimável que S.Cervelló se socorra de uma fonte tão pouco digna de confiança (desqualificada) como é Carlos Antunes, para tentar recuperar a tese que foi cara aos fascistas da "inventona do 11 Março"; e isto, já depois de a direita reaccionária, e os próprios autores do golpe, reivindicarem, sem reboço, a sua responsabilidade e a dos serviços secretos ocidentais. (Ver, por exemplo, o trabalho de Rui Pereira e Luiza Amaral no Expresso/Revista de 10 Março 1990).

Interpretações gratuitas deste tipo desvalorizam quase irremediavelmente o livro de S.Cervelló; e mesmo até, o diligente labor de pesquisa que efectuou em Portugal. Lamento ser forçado a dizê-lo, pois acompanhei com interesse o seu trabalho, tendo-lhe fornecido variado material de análise.

Todavia, quanto a mim, as considerações mais importantes que poderá suscitar esta nova obra sobre a Revolução Portuguesa, são de natureza teórica. Tais como: o mito da imparcialidade do historiador; a persistência na utilização de métodos de análise segmentares; a deliberada redução do 25 de Abril a um fenómeno local (interno) com o concomitante apogamento da intervenção imperialista (externa).

Temas que serão desenvolvidos noutra ocasião, se para tal houver ensejo.

Lisboa, Setembro, 1993

Vasil



NOTA: Cópia desta crítica foi por mim enviada a J.S.Cervelló em 10 Janeiro 1995